

Reforma Administrativa ataca servidores e serviços públicos, aumenta privilégios e confisca direitos

*Encontro Nacional vai ampliar mobilização e discutir proposta de **GREVE GERAL** do funcionalismo em 18/8*

A proposta de emenda constitucional (PEC) 32, a Reforma Administrativa, enviada por Bolsonaro e Guedes ao Congresso Nacional em setembro de 2020, não acaba com privilégios. Muito ao contrário.

O texto não impõe limitações às remunerações de atuais ou futuros servidores (“extrateto”); não limita cumulações remuneratórias abusivas (“teto duplex”); não inclui militares (maior folha de pagamentos da Esplanada) e nem membros do Poder Judiciário e do Ministério Público. Ou seja, a reforma se volta à massa de servidores públicos brasileiros (57%) que ganha até 4 salários mínimos.

A PEC restringe a estabilidade e cria cinco tipos de vínculos com o Estado, fragilizando as relações de trabalho e facilitando o apadrinhamento e a corrupção no serviço público.

Atualmente, a proposta tramita numa Comissão Especial, presidida pelo deputado Fernando Monteiro (PP-PE) e tendo



Campanha de outdoors promovida pela Frente Paulista em Defesa do Serviço Público

(confira mais na pág. 3)

Arthur Maia (DEM-BA) como relator. Quando o relatório final estiver pronto, irá à votação em plenário da Câmara, onde precisará de 2/3 dos votos favoráveis (308) em dois turnos de votação, primeiro do texto-base e, em seguida, das propostas de emendas.



Cadê o compromisso, senhores reitores?

Fórum cobra nova reunião do GT salarial e reforça indicativos de mobilização

Na segunda negociação, em 15/7, após muita insistência de representantes do Fórum das Seis, o Cruesp concordou em dar continuidade às reuniões do GT salarial ainda em julho. No entanto, até o fechamento deste boletim (em 27/7) isso não havia acontecido. A cobrança foi reiterada em ofício do Fórum no dia seguinte, reforçando a necessidade de que, conforme se comprometeram, os representantes do Cruesp no GT tragam as simulações relativas a:



1) Impacto da aplicação de índice de 8% aos salários de maio/2021: trata-se da reivindicação de recomposição parcial do conjunto de perdas salariais que as categorias acumulam desde maio/2012. O total necessário para recompor os salários ao seu poder aquisitivo de maio/2021 é de 29,81%.

2) Impacto da recomposição dos salários ao seu poder aquisitivo

de maio/2012, na forma proposta pelo Fórum das Seis (reajustes trimestrais ao longo de dois anos).

3) Impacto da valorização dos níveis iniciais das carreiras docente e de técnico-administrativos, a partir das propostas apresentadas pelo Fórum das Seis, já entregues no âmbito do GT.

O Fórum das Seis indica a realização de assembleias de base até 10/8/2021, com o objetivo de:

- 1) Discutir os resultados da segunda reunião de negociação.
- 2) Avaliar a proposta de realização de um novo dia de paralisação e o indicativo de greve (aprovado na assembleia da Adusp), ambos para agosto.

O Fórum volta a se reunir após a conclusão das assembleias de base.

O que pode mudar para os atuais servidores e aposentados

Aparentemente, as medidas serão válidas somente para quem ingressar no setor público após a aprovação das mudanças. No entanto, já se sabe que os atuais servidores serão atingidos por várias alterações com o fim do Regime Jurídico Único (RJU). É o caso da possibilidade de demissão por avaliação por desempenho, cujos critérios deverão ser definidos em leis ordinárias (fáceis de serem alteradas), e das dificuldades com os processos de promoções e progressões etc.

Em decorrência da extinção de cargos e funções, os aposentados também poderão perder a paridade em pouco tempo.

Haverá alterações também na ocupação de cargos pelos atuais servidores. A PEC prevê que os cargos em comissão e as funções de confiança serão progressivamente substituídos pelos cargos de liderança e assessoramento, que poderão ser indicados diretamente por ato do chefe de cada Poder em cada ente (União, estados, DF e municípios). Dessa forma, os servidores verão diminuída a possibilidade de que venham a ocupar cargos estratégicos dentro da administração pública. Com a aprovação da PEC 32, em vez de ter trabalhadores concursados, o governo poderá contratar empresas privadas para a gestão dos serviços prestados à população. Estas mudanças podem fazer com que o país tenha 1 milhão de postos para livre nomeação, inclusive para pessoas sem concurso. Serão mais 207,3 mil vagas para cargos que hoje são ocupados exclusivamente por servidores. A informação está em uma nota técnica elaborada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf), do Senado Federal (*Agência Globo*, 23/6/2021).

Vamos pressionar os parlamentares

Ajude a pressionar os deputados federais a rejeitarem a PEC 32. Você pode enviar mensagens a eles em suas redes sociais. Isso pode ser feito no seguinte endereço:

<https://napressao.org.br>

Foco nos paulistas que fazem parte da Comissão Especial:

Neste momento, é importante ampliar a pressão sobre os deputados federais paulistas que fazem parte da Comissão Especial. No site “**Na pressão**”, você pode enviar mensagens individuais a eles:

Samuel Moreira (PSDB); Capitão Augusto (PSL); Coronel Tadeu (PSL); Kim Kataguirí (DEM); Alex Manente (Cidadania); Paulo Pereira da Silva (Solidariedade); Alencar Santana Braga (PT); Rui Falcão (PT); Ivan Valente (PSOL). Os quatro últimos (Silva, Braga, Falcão e Valente) são declaradamente contrários à PEC 32.



Encontro Nacional, em 29 e 30/7, vai discutir proposta de greve geral do funcionalismo em 18 de agosto

Promovido pelas centrais sindicais e outras entidades dos movimentos sindical e social, acontece nos dias 29 e 30/7 o Encontro Nacional do Funcionalismo Público, com o objetivo central de organizar a mobilização contra a Reforma Administrativa.

A proposta de **Greve Nacional do Funcionalismo**, inicialmente prevista para 18/8, é um dos encaminhamentos principais em discussão.

No dia **29/7**, às 19h, haverá uma *live* com parlamentares convidados e representantes das centrais sindicais, aberta ao público. As entidades sindicais que compõem o Fórum das Seis deverão retransmitir a atividade em suas páginas de Facebook.

No dia **30/7**, a partir das 9h, serão formados grupos de discussão, culminando com uma síntese dos encaminhamentos. Para se inscrever, entre no link <http://contrapec32.com.br/>

29 e 30 de julho 2021

Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público

CONTRA PEC 32

INSCRIÇÕES ATRAVÉS DO SITE

contrapec32.com.br

Atenção, aposentados e pensionistas: 2/8 tem manifestações pela aprovação do PDL 22

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público – formada por dezenas de entidades representativas do funcionalismo do estado, entre elas as que compõem o Fórum das Seis – está mobilizando fortemente pela aprovação do PDL 22/2020 e dos demais projetos que propõem a revogação da cobrança extra sobre os aposentados e pensionistas estatutários do estado (imposta pelo governo Doria pelo Decreto 65.021/2020).

O projeto de decreto legislativo (PDL) 22/2020, de autoria do deputado Carlos Giannazi (PSOL), chegou a ter regime de urgência aprovado e entrou na pauta do plenário da Assembleia Legislativa (Alesp) para votação em 16/12/2020. No entanto, manobras da base governista impediram que fosse votado. A luta agora é para que volte ao plenário e seja aprovado. Com igual teor, há mais quatro PDLs: 23/2020 (Delegada Graciela, do PL), 24/2020 (Campos Machado, do Avante), 39/2020 (Professora Bebel, do PT) e 40/2020 (Agente Federal Danilo Balas, PSL).

2 de agosto é dia de luta

A Frente Paulista convida para um ato presencial/virtual em 2/8, segunda-feira, a partir das 12h30. Além dos tuitos e pressões pelas redes sociais, a atividade contará com ato presencial e carreata na Alesp (com todos os cuidados sanitários). O tuitos terá início às 13h30: #DoriaCanceleDecreto. Participe da forma que for mais adequada.

Vamos revogar o decreto de Doria! Contra o confisco de aposentados e pensionistas!



Acima, material usado em manifestação na Av. Paulista, em SP, em 24/7.

Abaixo, um dos outdoors da campanha promovida pela Frente Paulista em Defesa do Serviço Público



PEC 32 e PDL 22

Frente Paulista veicula outdoors pelo estado de SP

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, que reúne mais de 80 entidades sindicais, associativas e movimentos – entre elas, as entidades que compõem o Fórum das Seis – está veiculando novamente quase 40 outdoors no estado de São Paulo contra a Reforma Administrativa e pela aprovação do PDL 22/20.

Os outdoors estão nas cidades de São Bernardo do Campo, Santo André, Santo André Divisa São Caetano, Registro, Ourinhos, Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José dos Campos, Votuporanga, Valentim Gentil, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Dracena, Marília, Paraguaçu Paulista e Bastos.

Leia mais detalhes e veja os outdoors no Facebook da Frente Paulista: <https://facebook.com/frentepaulistaemdefesadoservicopublico/posts/4317695108300015>